



**Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal**

REQUERENTE / ARGUIDO/A

Nome/Denominação:* _____
Domicílio/Sede:* _____ N.º: _____ Lote/Andar: _____
Código Postal:* _____ Localidade: _____
Freguesia:* _____ NIF/NIPC:* _____
Tipo de Documento de Identificação: _____ N.º: _____
Válido até: _____
Contacto Telefónico:* _____
E-mail: _____

REPRESENTANTE

Nome/Denominação: _____
Domicílio/Sede: _____ N.º: _____ Lote/Andar: _____
Código Postal: _____ Localidade: _____
Freguesia: _____ NIF/NIPC: _____
Tipo de Documento de Identificação: _____ N.º: _____
Válido até: _____
Contacto Telefónico:* _____
E-mail: _____
Qualidade de: Representante Legal do arguido/a Mandatário/a Arguido/a
 Outra:

NOTIFICAÇÕES/ COMUNICAÇÕES

Consente que as notificações/comunicações do município lhe sejam feitas via (aplicável a pessoas singulares):
 E-mail Outro (indique a opção): _____

PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO

Processo de Contraordenação n.º _____

PEDIDO

Notificado(a) da decisão emanada em _____ no âmbito do processo supra identificado, tendo sido condenado(a) ao pagamento de uma coima no valor de € _____, e não dispondo de capacidade financeira para o efetuar de uma só vez, vem pelo presente requerer a V. Excelência, ao abrigo do disposto do n.º 95 do artigo 88.º do decreto-lei n.º 433/82, de 27/10, na sua última versão introduzida pela lei n.º 109/01 de 24/12, se digne autorizar o pagamento fracionado em _____ prestações mensais, e que a primeira das mesmas se vença no próximo dia _____



DOCUMENTOS

- IRS* / IRC* *Atestado de insuficiência económica
- Outros: _____
- Outros: _____
- Outros: _____

OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado.
- O tratamento dos dados referidos no ponto 1 por parte do Município respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base nas seguintes condições:
 - Responsável pelo tratamento** - Município de Loulé;
 - Finalidade do tratamento** - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;
 - Destinatário(s) dos dados** - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;
 - Conservação dos dados pessoais** - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido.
- Para mais informações sobre as políticas de privacidade do Município consulte o nosso site em www.cm-loule.pt ou envie um e-mail para dpo@cm-loule.pt.
- Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

* O/A subscritor/a, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente documento correspondem à verdade e que tomou conhecimento que cumpre todas as obrigações legais e regulamentares identificadas.

Loulé, / /

Pede deferimento,

O/A Requerente / O/A Representante,



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE LOULÉ**

**CONTRAORDENAÇÕES
PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES**

Os campos com * são obrigatórios.

Praça da República, 8104-001 Loulé | T: 289 400 600 | F: 289 415 557 | geral@cm-loule.pt | <https://www.cm-loule.pt>